

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER
ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – ESESP

ANA IVONE SALOMON MARQUES

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ESPÍRITO SANTO
análise do ecossistema de políticas públicas e iniciativas para a inclusão de
pessoas com deficiência

VITÓRIA,
2025

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER
ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – ESESP

ANA IVONE SALOMON MARQUES

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ESPÍRITO SANTO
análise do ecossistema de políticas públicas e iniciativas para a inclusão de
pessoas com deficiência

Trabalho de Conclusão da Especialização
em Gestão Pública e Inovação da Escola de
Serviço Público do Espírito Santo como
exigência para obtenção do diploma.

VITÓRIA,
2025

RESUMO

O presente trabalho investiga o ecossistema de inovação em tecnologia assistiva no Espírito Santo, buscando compreender de que forma as teorias da inovação e do território contribuem para interpretar as políticas públicas e as iniciativas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência. De abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, a pesquisa fundamenta-se na análise documental e discursiva de 127 legislações estaduais e 28 editais de fomento publicados entre 1983 e 2025. A análise, apoiada no software MAXQDA, permitiu identificar cinco formações discursivas principais — inclusão como retórica, hegemonia tecnocrática, tensão entre inovação e inclusão, território instrumentalizado e cuidado e cidadania. Os resultados evidenciam a transição de um modelo tecnocrático, centrado na produtividade e na modernização, para um regime discursivo orientado pela ética do cuidado, pela equidade e pela cidadania tecnológica. Observa-se que o Espírito Santo apresenta um ecossistema de inovação assistiva em consolidação, no qual o Estado atua como mediador entre universidades, centros de pesquisa e sociedade civil. Entretanto, persistem desafios relacionados à fragmentação institucional e à ausência de editais específicos para a área. Conclui-se que a tecnologia assistiva, ao articular inovação, inclusão e território, constitui uma política pública estratégica para o desenvolvimento humano sustentável e para a consolidação de um modelo de inovação socialmente orientado.

Palavras-chave: inovação; tecnologia assistiva; políticas públicas; inclusão; território; Espírito Santo.

ABSTRACT

This study investigates the innovation ecosystem for assistive technology in the state of Espírito Santo, Brazil, aiming to understand how innovation and territorial theories contribute to interpreting public policies and initiatives for the inclusion of people with disabilities. Based on a qualitative, exploratory, and descriptive approach, the research combines documentary and discourse analysis of 127 state laws and 28 public calls issued between 1983 and 2025. The analysis, supported by MAXQDA software, identified five main discursive formations — inclusion as rhetoric, technocratic hegemony, tension between innovation and inclusion, instrumentalized territory, and care and citizenship. The results reveal a shift from a technocratic model centered on productivity and modernization to a discourse oriented by ethics of care, equity, and technological citizenship. Findings indicate that Espírito Santo presents an emerging assistive innovation ecosystem in which the State acts as a mediator among universities, research centers, and civil society. However, institutional fragmentation and the lack of specific funding calls remain challenges. It is concluded that assistive technology, by articulating innovation, inclusion, and territory, represents a strategic public policy for sustainable human development and for consolidating a socially oriented model of innovation.

Keywords: innovation; assistive technology; public policies; inclusion; territory; Espírito Santo.

TABELAS

Tabela 01– Dimensões Territoriais	29
Tabela 02 – Abordagem Metodológica	32
Tabela 03 – Descrição das Etapas Metodológicas	35

SIGLAS

FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
GREMI	Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs
SNI	Sistemas nacionais e regionais de inovação
SRI	Sistemas Regionais de Inovação
APLs	Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CT&I	Ciência, tecnologia e inovação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDU	Secretaria de Estado de Educação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
FAESA	Fundação de Assistência e Educação Centro Universitário
SEAMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO TERRITÓRIO E DA INOVAÇÃO	10
1.1 O espaço e o território	10
1.2 A inovação, o espaço e o território	11
1.3 As abordagens teóricas que relacionam inovação e território	13
2. TECNOLOGIA ASSISTIVA: INOVAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA NO TERRITÓRIO CAPIXABA	22
2.1 Conceitos e fundamentos da tecnologia assistiva	22
2.2 Políticas públicas e marcos legais da tecnologia assistiva no Brasil	23
2.3 Tecnologia assistiva como inovação social e territorial	26
2.4 O território capixaba e o ecossistema de inovação assistiva	27
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	30
3.1 Natureza e abordagem da pesquisa	30
3.2 Delineamento metodológico	34
3.3 Procedimentos de coleta, organização e análise dos dados	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 Configurações Discursivas e Tendências do Ecossistema Capixaba de Inovação Assistiva .. 38	
4.2 A Dimensão Normativa da Inovação Assistiva no Espírito Santo.....	40
5. CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

A inovação, em suas múltiplas dimensões, tornou-se um dos principais motores do desenvolvimento territorial contemporâneo. Sua dinâmica reflete processos econômicos, sociais e institucionais que se articulam em diferentes escalas e contextos. Compreender a inovação sob a ótica territorial implica reconhecer que o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, mas a partir de redes de interação, fluxos de conhecimento e articulações locais que configuram ecossistemas complexos e desiguais. Nesse sentido, o estudo do território e das teorias da inovação oferece instrumentos fundamentais para interpretar os processos de transformação social e tecnológica que envolvem o campo da tecnologia assistiva no Espírito Santo.

As reflexões sobre o território, conforme Raffestin (1993) e Haesbaert (2008), apontam que ele é produto das relações sociais e não apenas um suporte físico. O território é espaço vivido, simbolicamente construído e politicamente disputado, resultado das práticas e poderes que o moldam. Milton Santos (2006; 2020) amplia essa perspectiva ao definir o território como um conjunto indissociável de sistemas naturais e artificiais, mediado pelo trabalho humano e pelas técnicas, o que permite entender o espaço como dimensão concreta das relações econômicas, sociais e políticas.

A inovação, por sua vez, pode ser compreendida como um processo histórico e sistêmico. Desde Schumpeter (1985), entende-se que as inovações não se limitam a descobertas técnicas, mas envolvem transformações estruturais que alteram o modo de produzir e de organizar a economia. Freeman (1984) e Lundvall (2005) evoluíram essa compreensão ao destacar a importância das interações entre empresas, universidades e governos, consolidando o conceito de sistemas nacionais e regionais de inovação. Edquist (1997) reforça essa perspectiva ao definir os sistemas de inovação como arranjos institucionais que determinam a capacidade de aprendizado coletivo e difusão tecnológica.

No contexto territorial, Cooke (2004), Florida (1995) e Storper (1994) argumentam que as regiões constituem ambientes de aprendizagem e cooperação, nos quais a proximidade geográfica favorece o fluxo de conhecimento tácito e a criação de redes inovadoras. Essas abordagens são complementadas pelas contribuições do GREMI (Aydalot, 1986; Maillat & Perrin, 1992; Crevoisier & Camagni, 2000), que concebem o

“meio inovador” como o espaço em que as interações sociais, econômicas e institucionais sustentam a capacidade inovadora de um território.

Ao transpor esse debate para o campo da tecnologia assistiva, observa-se que o Espírito Santo apresenta um ecossistema ainda em consolidação. As políticas públicas estaduais, como os editais da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo e as iniciativas de inclusão social, indicam uma configuração próxima ao modelo de sistemas de inovação delineado por Sábato e Botana (1968), no qual o Estado exerce papel central como articulador entre a academia e o setor produtivo. No entanto, conforme sugerem Lundvall (2005) e Cooke (2008), a força de um ecossistema inovador depende da densidade relacional entre seus atores — e, nesse ponto, o ambiente capixaba ainda revela lacunas de integração.

A análise preliminar aponta que a tecnologia assistiva no Espírito Santo tende a seguir uma lógica de difusão passiva (Hägerstrand, 1952; Schumpeter, 1985), na qual as inovações são majoritariamente importadas de outros contextos, em vez de produzidas endogenamente. Esse padrão reforça a necessidade de políticas articuladas que promovam a geração local de conhecimento e a consolidação de redes colaborativas de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo universidades, centros tecnológicos, empreendedores e pessoas com deficiência.

A partir desse cenário, esta pesquisa tem como questão central: como as teorias da inovação e do território podem contribuir para compreender o ecossistema de políticas e iniciativas em tecnologia assistiva no Espírito Santo, considerando seu papel na inclusão das pessoas com deficiência?

Parte-se de quatro hipóteses: (1) o Espírito Santo se aproxima de uma lógica de difusão passiva, com baixo nível de inovação endógena; (2) o Estado ocupa papel estruturante no ecossistema de tecnologia assistiva, conforme os modelos de sistemas de inovação e o triângulo de Sábato; (3) há fragmentação entre os atores institucionais, o que limita o funcionamento sistêmico do ecossistema; e (4) o território capixaba possui potencial para evoluir rumo a uma configuração de “região inteligente” (Cooke, 2004; Florida, 1995), em que diversidade e cooperação são vetores da inovação inclusiva.

O objetivo geral é avaliar o ecossistema de inovação em tecnologia assistiva no Espírito Santo à luz das teorias da inovação e do território, identificando seu papel na promoção da inclusão das pessoas com deficiência. Para alcançá-lo, o estudo estabelece os seguintes objetivos específicos:

- Revisar as principais teorias da inovação e do território, destacando suas contribuições e limites;
- Apresentar os conceitos e marcos legais relacionados à tecnologia assistiva e à inclusão;
- Mapear e analisar as políticas públicas e iniciativas voltadas à tecnologia assistiva no Espírito Santo;
- Confrontar a realidade capixaba com os referenciais teóricos, identificando convergências e lacunas; e
- Indicar potencialidades e estratégias para o fortalecimento do ecossistema de tecnologia assistiva, com foco na inovação inclusiva.

O trabalho organiza-se em cinco capítulos. O Capítulo 1 apresenta os fundamentos teórico-conceituais do território e da inovação, com base em autores clássicos e contemporâneos. O Capítulo 2 aborda a tecnologia assistiva como expressão de inovação social e cidadania no território capixaba. O Capítulo 3 descreve o percurso metodológico adotado, articulando os procedimentos de análise qualitativa e o uso de softwares de apoio à pesquisa. O Capítulo 4 discute os resultados obtidos, explorando os eixos discursivos das políticas capixabas e a territorialização da inovação inclusiva. Por fim, o Capítulo 5 sintetiza as conclusões e propõe recomendações para o aprimoramento das políticas públicas e do ecossistema de tecnologia assistiva no Espírito Santo.

Assim estabelecemos o percurso teórico e analítico do estudo, articulando a inovação e o território como categorias complementares para compreender o papel estratégico da tecnologia assistiva na promoção da inclusão e da cidadania no contexto capixaba.

CAPÍTULO 1 — FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO TERRITÓRIO E DA INOVAÇÃO

1.1 O espaço e o território

A compreensão da inovação e do desenvolvimento contemporâneo tem exigido uma reflexão sobre o espaço e o território como principais eixos de análise nas ciências humanas e sociais. A partir de Milton Santos (2006; 2020), o espaço é concebido como “resultado e condição” das ações humanas: ele não é um receptáculo neutro, mas um campo de relações históricas, técnicas e políticas. Cada forma espacial expressa uma prática social e carrega marcas de temporalidades distintas, compondo o que o autor denomina “rugosidades” — permanências materiais e simbólicas que moldam o presente e condicionam o futuro.

Para Saquet (2005; 2009), o espaço é socialmente produzido e continuamente recriado por práticas que condensam trabalho, técnica e valores. Essa dimensão produtiva faz do espaço um processo, não um estado. Ele é, simultaneamente, estrutura e ação, meio e resultado da vida social. Ao vincular o espaço ao cotidiano, o autor enfatiza que nenhuma configuração espacial é neutra: toda forma expressa disputas e projetos de sociedade.

A distinção entre espaço e território, recorrente na geografia política e na teoria social, reforça essa complexidade. Raffestin (1993) define o território como o espaço apropriado por um poder — político, econômico, simbólico — que o organiza e o regula. Andrade (1995) complementa, lembrando que o território é uma das condições de existência do Estado, junto ao povo e ao governo. Entretanto, Santos e Silveira (2001; 2002) ampliam essa definição ao conceber o território como “usado”: resultado de práticas concretas de circulação, produção e vida. Nessa perspectiva, o território não é apenas jurídico ou administrativo, mas também vivido, relacional e dinâmico.

Haesbaert (1997; 2008) aprofunda essa discussão ao propor o conceito de multiterritorialidade, que expressa a coexistência de múltiplos territórios — políticos, econômicos, culturais, informacionais — sobrepostos e interdependentes. Essa multiplicidade revela que o território é simultaneamente material e simbólico, técnico e

afetivo, local e global. Ele emerge das práticas, das redes e dos sentidos que os sujeitos constroem em sua relação com o espaço.

A partir dessas contribuições, o território pode ser entendido como síntese de sistemas de objetos e de sistemas de ações (Santos, 2006), integrando materialidade e intencionalidade. Ele é, portanto, o lugar onde a técnica, a norma e a política se entrelaçam, articulando as dimensões econômica, social e cultural. Essa concepção permite compreender o território não apenas como cenário de processos, mas como ator que condiciona, possibilita e orienta transformações sociais — entre elas, a inovação.

Ao insistir na dimensão relacional do espaço, Raffestin (1993) e Santos (2006) convergem em um ponto fundamental: o espaço é mediado por relações de poder. Toda apropriação territorial supõe controle de recursos, fluxos e representações. O território é, assim, expressão de estratégias de dominação e de resistência, de exclusão e de emancipação. A análise contemporânea da inovação, ao adotar o território como categoria ativa, desloca o olhar da tecnologia em si para as condições sociais, institucionais e simbólicas que a tornam possível.

Assim, o espaço e o território configuram o meio em que as práticas humanas se realizam e se transformam. Compreender sua produção, apropriação e uso é condição indispensável para analisar a inovação como fenômeno socioespacial e histórico, enraizado nas relações entre técnica, poder e cultura.

1.2 A inovação, o espaço e o território

A inovação, tradicionalmente associada à economia e à técnica, tem se consolidado nas últimas décadas como um processo social e territorial. Desde os clássicos da economia política, como Smith (1996) e Ricardo (1982), o progresso técnico foi identificado como motor do desenvolvimento. Contudo, é em Joseph Schumpeter (1985) que a inovação adquire centralidade teórica: o autor a define como a força motriz da “destruição criadora” — o movimento cíclico em que novas combinações produtivas substituem as antigas, transformando estruturas econômicas, sociais e institucionais.

A contribuição schumpeteriana desloca o foco da inovação como evento técnico para a inovação como processo histórico e sistêmico. As inovações não surgem isoladamente: são condicionadas por contextos sociais, culturais e espaciais que lhes conferem sentido

e viabilidade. Esse caráter relacional aproxima o debate econômico do geográfico, ao reconhecer que a inovação é territorialmente situada.

Na segunda metade do século XX, com o avanço da sociedade do conhecimento e das políticas de ciência e tecnologia, a inovação foi institucionalizada como objeto de política pública. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do Manual de Oslo (2005), definiu a inovação como a implementação efetiva de um produto, processo, método organizacional ou de marketing novo ou significativamente melhorado. Essa definição incorpora dimensões não estritamente técnicas, reconhecendo que a inovação também está relacionada a redes de cooperação, transferência de conhecimento e aprendizado coletivo.

O Manual de Oslo também introduz a ideia de que a inovação é um processo sistêmico, envolvendo atores públicos e privados interconectados — empresas, universidades, centros de pesquisa, órgãos de governo e usuários. Essa noção dialoga com o modelo da Tríplice Hélice (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000), no qual a interação entre universidade, indústria e Estado se torna a base dos ecossistemas de inovação contemporâneos.

Entretanto, a literatura geográfica e institucionalista acrescenta um elemento decisivo: o território. Santos (2006) define o território como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações”, e, portanto, como meio ativo da inovação. A difusão de novas tecnologias e práticas organizacionais depende das condições territoriais — infraestrutura, instituições, cultura técnica e capital social — que estruturam o uso do espaço. Assim, a inovação é tanto causa quanto consequência das dinâmicas territoriais.

Autores como Ferrão (2002), Benko (2001) e Haesbaert (2008) reforçam essa leitura ao compreender a inovação como fenômeno multiescalar. Ela articula dimensões locais (o uso concreto das tecnologias), regionais (a organização das redes produtivas) e globais (a circulação do conhecimento e do capital). Harvey (2012) propõe que o espaço seja apreendido de forma absoluta, relativa e relacional, permitindo entender a inovação como movimentos dinâmicos desde o enraizamento territorial a conexões globais.

A inovação, portanto, não é apenas a introdução de algo novo, mas uma forma específica de reorganização das relações entre economia, sociedade e espaço. É um

processo de territorialização do conhecimento, no qual o aprendizado coletivo e a cooperação institucional configuram as bases da transformação social. Sob essa ótica, inovar significa produzir não apenas bens, mas novos modos de habitar, circular e viver no território.

1.3 As abordagens teóricas que relacionam inovação e território

A relação entre inovação e território constitui um dos campos mais férteis e complexos da economia geográfica contemporânea. Desde meados do século XX, diferentes autores têm buscado compreender como os processos inovadores se enraízam, se difundem e se reproduzem no espaço, dando origem a modelos teóricos que articulam economia, sociologia e geografia.

1.3.1 Antecedentes conceituais

Três vertentes teóricas são consideradas fundadoras da abordagem territorial da inovação.

A primeira é a teoria da difusão espacial de Hägerstrand (1952), que analisa a propagação das inovações segundo padrões espaciais e temporais. O autor demonstrou que a difusão segue trajetórias condicionadas por redes de comunicação e hierarquias urbanas, revelando que a inovação é, desde sua origem, um processo espacialmente desigual.

A segunda é a teoria dos ciclos de inovação de Schumpeter (1985), que relaciona as ondas longas de desenvolvimento econômico à introdução de inovações radicais. Essa abordagem introduz a temporalidade histórica e os efeitos estruturais das transformações tecnológicas, articulando o tempo econômico ao espaço social.

A terceira vertente é a das redes não locais de inovação (Bathelt; Malmberg; Maskell, 2004; Gertler, 2001), que emergiu com a globalização e as tecnologias da informação. Essa perspectiva destaca a circulação internacional do conhecimento e a importância das conexões inter-regionais, sem negligenciar o papel das instituições locais na tradução e adaptação das inovações.

1.3.2 Modelos territoriais de inovação

As abordagens contemporâneas da inovação territorial representam um campo consolidado de reflexão interdisciplinar, em que a geografia econômica, a sociologia e a economia se interconectam para compreender como o território se torna ator e mediador dos processos inovadores.

Esses modelos constituem a base conceitual de uma mudança de paradigma: o deslocamento da inovação entendida como evento técnico ou mercadológico para a inovação concebida como processo territorializado de aprendizagem social.

Moulaert e Sekia (2003) demonstram que, desde a década de 1980, um conjunto de escolas de pensamento — europeias e latino-americanas — vem formulando estruturas analíticas que situam a inovação em contextos espaciais específicos. No conjunto dessas formulações, destacam-se cinco modelos principais: o meio inovador chamado GREMI, os distritos industriais, os sistemas nacionais e regionais de inovação, as regiões inteligentes e os novos espaços industriais. Cada um deles traduz, a seu modo, uma forma distinta de articulação entre a inovação com as dinâmicas locais, as instituições e as redes de conhecimento.

a) O meio inovador

O modelo do meio inovador foi desenvolvido pelo *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* (GREMI), a partir de 1984, sob a liderança de Philippe Aydalot. Constitui um dos marcos da abordagem territorial da inovação, ao conceber o território como ambiente de aprendizagem coletiva e de sinergia entre atores locais.

Segundo Aydalot (1986) e Crevoisier (2003), o meio inovador é um espaço relacional em que interagem o meio geográfico (meio físico e infraestruturais), o meio técnico (competências e recursos produtivos) e o meio organizacional (redes de cooperação, confiança e governança). Nessa perspectiva, a proximidade espacial não é um dado físico, mas um recurso cognitivo e social que favorece trocas informais, imitação criativa e cooaprendizagem.

A contribuição do GREMI foi introduzir na teoria econômica o conceito de externalidades de cooperação, substituindo a lógica competitiva pela lógica da confiança e da reciprocidade. O território passa a ser entendido como espaço de

construção de sentido e de compartilhamento de conhecimento, e não apenas como suporte de fatores produtivos.

Para Crevoisier e Camagni (2000), o meio inovador é dinâmico e cumulativo: quanto maior a densidade de interações, maior a capacidade local de gerar inovações e de adaptá-las a novas condições. O território é, portanto, espaço de retroalimentação do aprendizado, e a inovação é resultado de um “processo de socialização do conhecimento” (Maillat & Perrin, 1992).

b) Distritos industriais e aprendizado coletivo

A abordagem dos distritos industriais, embora anterior ao GREMI, é uma de suas fontes diretas de inspiração. Derivada da obra de Alfred Marshall (1890), ela descreve as vantagens da aglomeração territorial de pequenas e médias empresas que compartilham recursos, mão de obra e conhecimento tácito.

Nos distritos industriais, a inovação surge como produto da aprendizagem coletiva: o conhecimento se dissemina por meio da convivência cotidiana, das redes de fornecedores e da mobilidade profissional. Como observa Vale (2009), o diferencial desses distritos não reside apenas na proximidade geográfica, mas na proximidade organizacional e cultural, que permite coordenação sem hierarquia e difusão rápida de saberes.

Entretanto, autores como Storper (1994) chamam atenção para o risco do localismo excessivo: a dependência de trajetórias e a dificuldade de integração a redes externas podem limitar a capacidade de atualização tecnológica. Essa crítica marca o início da transição para modelos mais abrangentes, que articulam escalas local, regional e global — os sistemas nacionais e regionais de inovação.

c) Sistemas nacionais e regionais de inovação - SNI

A teoria dos sistemas de inovação inaugura uma nova fase no pensamento sobre o território e o desenvolvimento. Proposta por Christopher Freeman (1984) e ampliada por Bengt-Åke Lundvall (2005) e Charles Edquist (1997), ela define o sistema de inovação como o conjunto de instituições, políticas e relações que sustentam o processo de criação, difusão e uso do conhecimento em um país.

Cassiolato e Lastres (2008) sintetizam essa concepção ao descrever o SNI como “um sistema de diferentes instituições que contribuem para o desenvolvimento da inovação e da capacidade de aprendizagem, cujo desempenho depende das formas de interação entre elas”. A ênfase desloca-se da firma isolada para o entorno institucional — leis, regulamentos, instrumentos de fomento, sistemas educacionais e redes de pesquisa.

Na América Latina, Sábato e Botana (1968) adaptaram esse paradigma à realidade periférica, formulando o Triângulo de Sábato, que articula três vértices: o Estado, o setor produtivo e o sistema científico-tecnológico. Essa é a base do conceito de Sistemas Latino-Americanos de Inovação, posteriormente desenvolvido por Arocena e Sutz (2003), que destacam o problema da “escassez estrutural”: baixa densidade de pesquisa, infraestrutura desigual e fragilidade institucional.

Os Sistemas Regionais de Inovação, os SRI, desenvolvidos por Cooke (1992; 2004), representam o desdobramento espacial desse modelo. Reconhecem que a inovação é territorialmente diferenciada e que o nível regional é o mais adequado para articular políticas públicas, universidades e empresas. O território regional torna-se, assim, o *locus* de governança e de coordenação das redes de conhecimento.

Segundo Cooke (2004), o SRI é “uma ecologia institucional de aprendizagem”, em que a proximidade facilita o fluxo de informações, a confiança e a especialização complementar entre os atores.

d) Regiões inteligentes e territórios que aprendem

A partir da década de 1990, surge o paradigma das regiões inteligentes (*learning regions*), que amplia a noção de sistema regional de inovação, enfatizando a capacidade institucional de aprendizagem contínua. Autores como Philip Cooke (2004), Kevin Morgan (1997), Björn Asheim (2006), Richard Florida (1995) e João Ferrão (2002) argumentam que o conhecimento é o principal ativo das regiões, e que a competitividade depende da habilidade de transformar informação em inovação por meio de cooperação e confiança.

As regiões inteligentes são aquelas que aprendem a aprender: criam ambientes institucionais propícios à experimentação, ao intercâmbio e à adaptação constante. Essa abordagem introduz uma dimensão cognitiva e cultural ao conceito de território, ao

compreendê-lo como infraestrutura de aprendizado social. Cooke (2008) associa a inteligência territorial à presença de instituições reflexivas — universidades, parques tecnológicos, governos locais — capazes de reconfigurar estratégias a partir da experiência.

No plano epistemológico, o modelo das regiões inteligentes aproxima-se das concepções de território-rede e de governança interativa, nas quais o conhecimento é processado coletivamente, e a inovação emerge da coevolução entre atores e contextos. A região torna-se um laboratório de aprendizagem, em permanente reconstrução.

e) Novos espaços industriais e a Escola Californiana

A Escola Californiana de Geografia Econômica, representada por Allen Scott e Michael Storper (1988), introduz o modelo dos novos espaços industriais, ancorado na reestruturação produtiva e na divisão flexível do trabalho. Benko (1995) caracteriza esse processo como “desintegração vertical”: a fragmentação das cadeias produtivas em pequenas empresas interdependentes, articuladas por relações de proximidade.

Esses novos espaços industriais revelam uma geografia econômica baseada em redes de cooperação e especialização, que combina flexibilidade organizacional com inovação constante. O papel do Estado, nesse modelo, é o de regulador e facilitador, criando condições territoriais favoráveis à aglomeração produtiva e ao aprendizado coletivo.

Scott e Storper (1988) destacam ainda a importância das “janelas de oportunidade” — momentos em que condições locais (infraestrutura, cultura técnica, recursos humanos) se articulam a tendências globais para impulsionar transformações inovadoras. Essa perspectiva enfatiza o papel da contingência e da especificidade territorial no surgimento de novos polos de inovação.

Por outro lado, Vale (2009) critica a ênfase excessiva desses autores em fatores acidentais e de mercado, alertando que a ausência de políticas estruturadas pode perpetuar desigualdades regionais. Daí a necessidade de combinar a lógica flexível da inovação com uma estratégia pública de coesão territorial, capaz de articular crescimento econômico e equidade espacial.

Em conjunto, os modelos territoriais de inovação configuram uma trajetória teórica que vai do localismo cooperativo dos distritos e meios inovadores à sistematização institucional dos sistemas de inovação e à inteligência adaptativa das regiões aprendentes.

Todos partem de um mesmo pressuposto: a inovação é um processo territorialmente mediado e sustentado por interações entre atores, instituições e contextos específicos.

Esses modelos evidenciam três princípios estruturantes:

- A cooperação como fator de inovação — o território é um espaço de relações e de confiança, onde a aprendizagem é social antes de ser técnica.
- A aprendizagem coletiva como capital territorial — o conhecimento não é acumulado individualmente, mas gerado nas trocas e nas experiências compartilhadas.
- A territorialização do conhecimento — o espaço geográfico atua como mediador das práticas e das formas organizacionais que sustentam a inovação.

Dessa forma ampliamos a compreensão da inovação, sendo ela simultaneamente econômica, social e espacial. O território, longe de ser mero cenário, torna-se uma variável — o mediador ativo entre a técnica e a sociedade, entre o global e o local, entre o conhecimento e a ação.

1.3.3 Redes, aprendizagem e capital territorial

As teorias contemporâneas da inovação territorial convergem na valorização das redes de cooperação e da aprendizagem coletiva como elementos estruturantes dos processos inovadores. Essa inflexão teórica rompe com o paradigma linear da inovação — centrado em fluxos unidirecionais entre pesquisa e mercado — e introduz uma visão sistêmica e relacional, na qual o território se configura como espaço de aprendizagem, socialização do conhecimento e construção de confiança.

Segundo Moulaert e Sekia (2003), as redes constituem a “infraestrutura social” da inovação, pois é nelas que se articulam fluxos de informação, práticas institucionais e dinâmicas cognitivas. O território não é um mero depositário dessas relações, mas o meio relacional onde se produzem os encontros, as interações e as traduções de saberes.

É nesse sentido que a inovação deixa de ser um evento técnico e passa a ser compreendida como processo social de aprendizagem territorializada.

A literatura sobre aprendizagem interativa (Lundvall, 2005; Morgan, 1997) sustenta que a capacidade inovadora de uma região depende menos de seus recursos materiais e mais da densidade de suas relações e de sua cultura de cooperação. O aprendizado é um processo coletivo, baseado na troca e na confiança, que ocorre dentro de redes formais e informais — entre empresas, universidades, laboratórios, governos e comunidades. Essas redes configuram o que Cassiolato e Lastres (2008) denominam Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, os APLs, nos quais a inovação se constrói de forma endógena, mediante interações contínuas e socialmente enraizadas.

Nesses contextos, o conhecimento assume diferentes formas: o conhecimento codificado, formalizado em normas, patentes e manuais técnicos, e o conhecimento tácito, incorporado à experiência e às práticas cotidianas. Como observa Gertler (2001), o conhecimento tácito é intrinsecamente territorial, pois se transmite por proximidade — física, organizacional ou cultural — e depende de rotinas compartilhadas. A inovação, portanto, está intimamente ligada à capacidade dos atores de transformar experiências em aprendizado e de transformar aprendizado em soluções coletivas.

Méndez (1998; 2006) denomina de capital territorial o conjunto de recursos tangíveis e intangíveis que se acumulam no território a partir dessas interações: redes de confiança, instituições, cultura técnica, infraestrutura de comunicação e identidade local. Esse capital é, simultaneamente, econômico, social e simbólico. Ele traduz o modo como o território “aprende”, reconfigurando-se continuamente pela prática e pela memória.

Storper e Venables (2005) introduzem o conceito de buzz — o “burburinho local” — para descrever a comunicação espontânea e informal entre atores próximos, que permite trocas rápidas de informação, imitação criativa e difusão de conhecimento. O buzz é um fenômeno eminentemente territorial: ele depende da convivência, da confiança e da interação contínua. Feldman (2016) complementa que a inovação floresce quando o buzz local se articula a redes globais de conhecimento, equilibrando a ancoragem territorial e a abertura inter-regional.

Essa combinação de proximidade e conectividade define o caráter contemporâneo das redes de inovação. Bathelt, Malmberg e Maskell (2004) denominam esse fenômeno de “regiões globais locais”, nas quais o aprendizado local é potencializado pela inserção em redes não locais. A territorialidade, longe de ser confinamento, torna-se um dispositivo de tradução entre o global e o local, entre o conhecimento codificado e o conhecimento vivido.

Do ponto de vista epistemológico, a noção de rede introduz um novo modo de compreender o território. Se nas concepções clássicas o espaço era visto como um conjunto de localizações, e o território como domínio de um poder, na perspectiva das redes ele é pensado como tecido de relações — uma topologia dinâmica de interações, fluxos e conexões (Haesbaert, 2008; Santos, 2006). Essa abordagem dissolve a oposição entre fixos e fluxos, pois o território passa a ser o meio no qual os fluxos se ancoram e os fixos se reconfiguram.

A articulação entre aprendizagem coletiva, capital territorial e governança em rede constitui, assim, o núcleo teórico dos modelos contemporâneos de inovação. A inovação é resultado de um ciclo cumulativo: interação → aprendizado → institucionalização → nova interação. O território é o espaço onde esse ciclo se materializa, pois nele se sedimentam os vínculos de confiança, as normas de cooperação e as práticas que dão continuidade ao aprendizado.

Moulaert e Sekia (2003) sintetizam essa ideia ao afirmar que “a inovação é tanto um produto quanto um processo da organização social do território”. Essa proposição desloca o foco da tecnologia para o ambiente social e institucional em que ela é produzida e apropriada. O território deixa de ser cenário para se tornar agente cognitivo coletivo, um sujeito histórico que aprende, acumula conhecimento e o transforma em desenvolvimento.

Dessa forma, as redes e o capital territorial são as estruturas vivas da inovação. Elas expressam o enraizamento social do conhecimento e a interdependência entre técnica e cultura, entre economia e política. Em última instância, o aprendizado territorial é o que

permite que a inovação se torne não apenas mecanismo de crescimento econômico, mas estratégia de construção social do espaço, fundamento da coesão e da justiça territorial.

1.3.4 Inovação territorial e políticas públicas

A literatura contemporânea reconhece que a inovação é um processo desigual. Como observam Tunes (2015; 2020) e Vale (2009), os sistemas territoriais de inovação tendem a concentrar recursos e capacidades em regiões de maior densidade técnica e institucional, produzindo assimetrias espaciais. Essa constatação introduz a necessidade de políticas públicas territorialmente orientadas.

Autores como Cooke (2008) e Moulaert (2003) defendem que o desenvolvimento regional deve basear-se em aprendizagem territorial, governança participativa e financiamento público estável. A inovação deixa, assim, de ser um atributo isolado do mercado e passa a ser concebida como um bem público, cujo valor é social tanto quanto econômico.

As abordagens teóricas da inovação territorial demonstram que inovar é um ato espacial e político. O território, longe de ser cenário, é agente: ele estrutura, condiciona e reproduz as possibilidades de criação e difusão do novo. A compreensão desse papel ativo do território constitui o alicerce para analisar, nos capítulos seguintes, como a inovação tecnológica e social se materializa nas políticas e práticas de tecnologia assistiva.

CAPÍTULO 2 — TECNOLOGIA ASSISTIVA: INOVAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA NO TERRITÓRIO CAPIXABA

2.1 Conceitos e fundamentos da tecnologia assistiva

O conceito de tecnologia assistiva emergiu nas últimas décadas como um campo interdisciplinar voltado à autonomia, funcionalidade e inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No Brasil, o termo foi formalmente adotado pelo Comitê de Ajudas Técnicas, o CAT, em 2007¹, definindo a tecnologia assistiva como

“uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Brasil, 2007, p. 03).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência² utiliza e reforça essa concepção ao integrar a tecnologia assistiva como instrumento de acessibilidade e como expressão de um direito humano fundamental. No art. 74, define-se que o poder público deve incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico voltado à tecnologia assistiva, bem como promover a capacitação de profissionais e a transferência de tecnologia. A tecnologia assistiva, portanto, ultrapassa o campo da engenharia ou da reabilitação: ela materializa o direito à participação social e traduz, em artefatos e serviços, o ideal de cidadania plena (Brasil, 2015).

Segundo Cook e Polgar (2015), a tecnologia assistiva deve ser compreendida em quatro dimensões complementares: (a) o produto ou equipamento; (b) o ambiente em que será utilizado; (c) o usuário e suas características funcionais; e (d) o contexto sociocultural de aplicação. Essa abordagem reforça que a tecnologia assistiva é mais do que uma solução técnica — é um processo de interação sociotécnica, no qual tecnologia e sujeito se coconstituem (Gomes Filho, 2021; Bastos, 2023).

No Brasil autores como Bersch (2017), assim como no contexto internacional autores como Manzini (2018) destacam o caráter emancipatório da tecnologia assistiva, na medida em que ela favorece a superação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e

¹ O Comitê de Ajudas Técnicas – CAT foi instituído pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República pela Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006.

² Lei nº 13.146/2015

atitudinais. Bersch (2017) afirma que “o recurso assistivo é eficaz quando promove participação social significativa, não apenas desempenho funcional”. Assim, a inovação assistiva é também inovação social, pois redefine as condições de pertencimento, trabalho e convivência.

No plano epistemológico, a tecnologia assistiva constitui um campo híbrido, que reúne saberes da saúde, da educação, da engenharia, do design, da psicologia e das ciências sociais aplicadas. Essa multidimensionalidade é essencial para compreender a tecnologia assistiva não apenas como tecnologia de apoio, mas como instrumento de transformação social e territorial.

De acordo com Bastos et al. (2023), o desenvolvimento da tecnologia assistiva no Brasil está diretamente vinculado à formulação de políticas públicas e à estruturação de ações de fomento que viabilizam sua criação, disseminação e uso. Os autores destacam que a tecnologia assistiva não se limita a dispositivos técnicos, mas constitui uma área interdisciplinar que se concretiza em produtos, metodologias, estratégias e serviços voltados à promoção da funcionalidade e inclusão social de pessoas com deficiência. Essa perspectiva é compartilhada por Cossa et al. (2017), que analisam os principais editais públicos voltados à inovação em tecnologia assistiva e apontam que tais políticas são fundamentais para a transformação da realidade social e o fortalecimento da cidadania.

Gomes Filho (2020) também reforça que a tecnologia assistiva deve ser compreendida como um campo de políticas públicas, setor tecnológico e âmbito mercadológico, cuja materialização ocorre por meio de artefatos e práticas que respondem às demandas sociais. Flor da Rosa et al. (2021) ampliam essa visão ao considerar que a tecnologia assistiva, para ser efetivamente inclusiva, deve ser apropriada pelos usuários e contextualizada em processos participativos, educativos e democráticos — características que a aproximam da tecnologia social. Assim, a tecnologia assistiva pode ser entendida como uma política pública materializada em artefatos e práticas, inserida em ecossistemas de inovação que articulam ciência, inclusão e transformação social.

2.2 Políticas públicas e marcos legais da tecnologia assistiva no Brasil

O percurso histórico das políticas públicas de tecnologia assistiva no Brasil reflete a evolução do próprio conceito de deficiência de uma abordagem médica e reabilitadora para uma abordagem social e de direitos humanos. As primeiras iniciativas datam da

década de 1980, com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o CORDE, vinculada ao Ministério da Justiça. Nos anos 2000, o tema ganha institucionalidade com o Comitê de Ajudas Técnicas, o CAT, e legislação de diretrizes gerais de acessibilidade urbana e mobilidade.

A partir de 2011, o Plano Nacional Viver sem Limite, Decreto nº 7.612/2011, representou um marco ao incluir a tecnologia assistiva como eixo estratégico das políticas públicas, articulando ações dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social. O plano previa incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias assistivas, apoio a centros de referência e estímulo à produção nacional de equipamentos.

A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, a LBI³ consolidou o papel da tecnologia assistiva como direito assegurado. O art. 74, como já citado, determina que o Estado “fomentará a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a disseminação de tecnologias assistivas”, e o art. 75 estabelece incentivos fiscais e financeiros para empresas que investirem em sua produção. Essa legislação dialoga diretamente com a Lei de Inovação⁴ e com o Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta os instrumentos de fomento à pesquisa e inovação tecnológica.

Tais dispositivos reconhecem que o ambiente de inovação é fundamental para o avanço da tecnologia assistiva, vinculando-a às políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Como observa Pessini (2020), “a efetividade das políticas de inclusão tecnológica depende da capacidade de integrar agendas sociais e produtivas”, o que requer a articulação entre universidades, empresas, governo e sociedade civil — o chamado modelo da hélice tríplice (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000).

No contexto brasileiro, a tecnologia assistiva ainda enfrenta desafios estruturais, como a fragmentação institucional, a baixa inserção produtiva e a escassez de financiamento específico. Um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da tecnologia assistiva no Brasil é o fomento à pesquisa e à inovação tecnológica. Nesse sentido, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem desempenhado um papel relevante ao lançar editais públicos voltados ao apoio de projetos na área de tecnologia assistiva. Esses editais

³ Lei nº 13.146/2015

⁴ Lei nº 10.973/2004

visam estimular a criação de soluções tecnológicas que promovam a autonomia e a inclusão de pessoas com deficiência, além de fomentar a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas, empresas e organizações da sociedade civil. No entanto, conforme apontado por Cossa et al. (2017), a adesão a esses editais tem sido baixa, o que revela desafios significativos relacionados à visibilidade das chamadas públicas, à burocracia envolvida nos processos de submissão e à falta de articulação entre os setores envolvidos. Essa lacuna entre a oferta de recursos e a efetiva implementação de projetos limita o impacto social da tecnologia assistiva e evidencia a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação, capacitação e integração intersetorial.

Outro avanço importante no cenário nacional foi a criação do curso de Bacharelado em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Trata-se do primeiro curso superior no Brasil com foco específico na formação de profissionais capacitados para desenvolver, avaliar e implementar soluções assistivas em diferentes contextos sociais. Segundo Bastos et al. (2023), o curso adota uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos das áreas de engenharia, saúde, design e ciências sociais, o que permite uma formação ampla e alinhada às demandas contemporâneas de inclusão. Além de suprir uma lacuna na formação profissional, essa iniciativa contribui para consolidar a tecnologia assistiva como campo de conhecimento autônomo e estratégico, com potencial para influenciar políticas públicas, práticas educacionais e processos de inovação social.

Complementando esse panorama, destaca-se a criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, instituída por meio da Portaria MCTI nº 1.230/2013. Essa rede é composta por universidades, institutos federais e centros de pesquisa distribuídos por todas as regiões do país, com o objetivo de articular núcleos de pesquisa e promover a cooperação científica e tecnológica na área. Conforme Gomes Filho (2020), a rede atua em diversas frentes, como comunicação alternativa, mobilidade, acessibilidade digital e arquitetônica, e desenvolvimento de órteses e próteses. Sua atuação é essencial para mapear demandas sociais, desenvolver soluções inovadoras e garantir que o conhecimento produzido seja efetivamente aplicado em benefício da população. No entanto, a rede ainda enfrenta desafios relacionados à continuidade institucional, ao financiamento e à integração com as políticas públicas, o que reforça a importância de seu fortalecimento como estratégia nacional de inclusão.

Essas três frentes — fomento à inovação, formação profissional e articulação em rede — constituem um tripé essencial para o avanço da tecnologia assistiva no Brasil. Elas demonstram que a tecnologia assistiva não deve ser compreendida apenas como um conjunto de dispositivos técnicos, mas como uma política pública estruturante, materializada em artefatos, serviços e práticas que promovem a cidadania, a equidade e a transformação social.

2.3 Tecnologia assistiva como inovação social e territorial

A compreensão da tecnologia assistiva como inovação social constitui um avanço teórico e político essencial. Para Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), a inovação social se distingue da tecnológica por priorizar o impacto social e o empoderamento dos sujeitos. Ela nasce da necessidade de resolver problemas coletivos e de ampliar direitos. Nesse sentido, a tecnologia assistiva é simultaneamente inovação tecnológica e inovação social, pois cria produtos e processos voltados à inclusão e à participação cidadã.

Segundo Pol e Ville (2009), uma inovação social é aquela que “melhora as condições de vida e de trabalho das pessoas ou amplia sua capacidade de agir no mundo”. A tecnologia assistiva cumpre exatamente esse papel, ao eliminar barreiras e oferecer condições para a vida independente. Sua eficácia, no entanto, depende de um ecossistema de inovação inclusivo, que envolva o Estado, a iniciativa privada, a academia e as organizações da sociedade civil.

No contexto latino-americano, Arocena e Sutz (2003) já destacavam que a inovação, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, deve ser socialmente orientada, de modo a reduzir as assimetrias de acesso ao conhecimento e à tecnologia. Essa perspectiva é fundamental para compreender o papel da tecnologia assistiva em países como o Brasil, onde a inclusão ainda é um desafio social e econômico.

Cassiolato e Lastres (2008) ampliam essa visão ao propor os sistemas locais e regionais de inovação, nos quais a aprendizagem coletiva e as interações territoriais determinam a capacidade inovativa. Quando aplicada à tecnologia assistiva, essa abordagem evidencia que as soluções assistivas emergem de contextos locais específicos, envolvendo universidades, centros tecnológicos, secretarias estaduais e redes de saúde e educação.

No Espírito Santo, essa dinâmica pode ser observada em programas como:

- Editais de fomento a ideiação – que estimulam novos empreendedores, incluindo projetos assistivos;
- iniciativas da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação SECTI e da Secretaria de Estado de Educação SEDU voltadas à educação inclusiva e à formação em ciência e tecnologia;
- parcerias com instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a Fundação de Assistência e Educação Centro Universitário (FAESA), que mantêm núcleos de pesquisa e extensão voltados à tecnologia assistiva.

Essas ações revelam a formação incipiente de um ecossistema capixaba de inovação assistiva, no qual se entrelaçam a política de CT&I e as políticas de inclusão. consolidação de ecossistemas de inovação social está intimamente ligada à capacidade das políticas públicas de reconhecer e valorizar o conhecimento local e as necessidades sociais como elementos centrais do processo inovativo. Como destacam Andion et al. (2020), os ecossistemas de inovação social configuram-se a partir da interação entre múltiplos atores — governo, universidades, organizações sociais e comunidades — cuja cooperação depende do reconhecimento das demandas sociais e dos contextos territoriais específicos.

De modo semelhante, Amorim e Oliveira (2025) ressaltam que a dimensão política é estratégica para o florescimento desses ecossistemas, uma vez que as políticas públicas devem criar condições institucionais que articulem a diversidade de atores e promovam o uso do conhecimento comunitário como insumo para a inovação. Dessa forma, a inovação social emerge não apenas como resultado de avanços tecnológicos, mas como um processo territorial e colaborativo, no qual o desenvolvimento se orienta pela inclusão e pela resposta a problemas reais das comunidades locais.

A tecnologia assistiva, portanto, atua como mediadora entre inovação tecnológica e transformação social, permitindo a construção de novos vínculos produtivos e afetivos no território. No caso capixaba, essa mediação é reforçada pela atuação integrada do Governo Estadual e das redes de pesquisa e empreendedorismo inovador que emergem das universidades e incubadoras locais.

2.4 O território capixaba e o ecossistema de inovação assistiva

O território capixaba apresenta características singulares para a consolidação de um ecossistema de inovação assistiva. Segundo Santos (2006; 2020), o território é simultaneamente material e simbólico — é o lugar onde se expressam as relações sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, o Espírito Santo pode ser compreendido como território relacional, onde políticas, saberes e tecnologias se sobrepõem e se reconfiguram continuamente.

Haesbaert (2008) complementa que os territórios contemporâneos são multiterritoriais, constituídos por redes e fluxos que ultrapassam as fronteiras administrativas. Assim, o ecossistema capixaba de inovação assistiva não se restringe a um espaço físico, mas é um conjunto articulado de atores, políticas e práticas que interagem em escalas locais e regionais.

As incubadoras e os editais da FAPES expressam esse movimento ao enfatizar a criação de ambientes colaborativos e de redes interinstitucionais. A presença de incubadoras, parques tecnológicos e laboratórios de inovação social em municípios da Grande Vitória e do Interior demonstram a expansão territorial das práticas inovadoras. Esses ambientes constituem o que Santos (2006) denomina “meio técnico-científico-informacional”, no qual a técnica e o conhecimento tornam-se forças produtivas que reconfiguram o espaço geográfico.

No campo da tecnologia assistiva, essa reconfiguração se manifesta na criação de soluções locais com impacto social, como dispositivos de mobilidade, softwares de acessibilidade digital e aplicativos voltados à comunicação aumentativa e alternativa. Essas iniciativas articulam conhecimento científico, empreendedorismo e compromisso social, configurando o que Cooke (2004) denomina “regiões que aprendem” — espaços de inovação contínua baseados em redes colaborativas.

Entretanto, a consolidação desse ecossistema enfrenta desafios. A pesquisa exploratória evidencia ausência de editais específicos para tecnologia assistiva, dispersão institucional e baixa integração entre políticas de inovação e políticas de inclusão. Além disso, a formação de profissionais especializados e a escassez de financiamento continuado ainda limitam o potencial de expansão das iniciativas.

Apesar dessas limitações, observa-se uma tendência de avanço. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), SECTI e a FAPES têm ampliado os

instrumentos de fomento à inovação social, e a SEDU desenvolve programas de educação inclusiva apoiados em tecnologias digitais.

A partir desse conjunto de ações, é possível identificar três dimensões territoriais do ecossistema capixaba de inovação assistiva:

Tabela 01– Dimensões Territoriais

Dimensão	Descrição	Atores envolvidos
Institucional	Base normativa e programática que orienta as políticas públicas de inovação e inclusão	Governo Estadual
Científico-tecnológica	Ambientes de pesquisa e desenvolvimento de soluções assistivas	UFES, IFES, incubadoras, startups
Socioterritorial	Redes de cooperação, associações de PcD, ONGs e espaços de uso das tecnologias	Conselhos de direitos, instituições sociais

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Essas dimensões evidenciam que a inovação assistiva é um fenômeno territorializado, resultante da interação entre atores públicos, privados e sociais. O Espírito Santo, ao integrar políticas de CT&I com políticas de inclusão, começa a construir as bases de um território inovador e inclusivo, no qual a tecnologia é concebida como direito e a inovação como bem público.

A análise teórica da tecnologia assistiva demonstra que ela ultrapassa o domínio técnico, configurando-se como instrumento político de inclusão e transformação territorial. Ao articular-se às políticas de inovação, a tecnologia assistiva amplia o escopo das agendas de desenvolvimento, introduzindo novos valores e prioridades — centrados na acessibilidade, na equidade e na cidadania.

No Espírito Santo, esse processo ainda é emergente, mas revela sinais consistentes de institucionalização. O conjunto de leis, planos e editais analisados nos capítulos seguintes evidencia a progressiva integração da tecnologia assistiva ao discurso da inovação, especialmente nos programas de fomento da FAPES e nas diretrizes dos planos estaduais de governo.

A partir da perspectiva territorial, a tecnologia assistiva não é apenas um produto de laboratório, mas um processo socialmente enraizado, que mobiliza saberes locais e reconfigura as relações entre Estado, mercado e sociedade. Assim, compreender a tecnologia assistiva no Espírito Santo é compreender um projeto de território inclusivo — no qual a inovação tecnológica se torna, simultaneamente, inovação humana e cidadã.

CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 Natureza e abordagem da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, com base epistemológica nas ciências sociais aplicadas e enfoque interdisciplinar, articulando os campos da inovação tecnológica, da geografia socioeconômica e das políticas públicas inclusivas. A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto — o discurso das políticas de inovação e inclusão — e pela necessidade de compreender como o território capixaba se estrutura como ecossistema de inovação assistiva.

Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca compreender o significado dos fenômenos sociais a partir das relações, das representações e das práticas dos atores envolvidos. Assim, a inovação e a tecnologia assistiva são aqui compreendidas não apenas como processos técnicos, mas como fenômenos discursivos e territoriais, que expressam valores, ideologias e racionalidades políticas (Fairclough, 2001; Orlandi, 2005). A análise das leis, editais e planos de governo não se limita ao conteúdo literal, mas às estruturas de sentido e às condições de produção do discurso, permitindo identificar como o Estado constrói e legitima suas práticas de inovação.

O caráter exploratório decorre do fato de que o campo da inovação assistiva no Espírito Santo é recente e ainda carece de sistematização teórica e empírica. A exploração inicial busca identificar como as políticas públicas estaduais têm incorporado a temática da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência em seus instrumentos normativos e programáticos. Já o caráter descritivo visa apresentar de forma estruturada o panorama das políticas, programas e editais analisados, descrevendo os contextos institucionais e territoriais em que emergem.

A pesquisa também assume um viés interpretativo-crítico, alinhado às perspectivas da análise de discurso e da geografia crítica. Como afirma Foucault (1971), todo discurso é atravessado por relações de poder; compreender as políticas públicas é compreender os modos de governo e de produção de verdades que orientam as práticas do Estado. Nesse sentido, a metodologia proposta busca revelar como o discurso da inovação e da

tecnologia se articula à noção de inclusão e território, e quais atores e sentidos são privilegiados ou silenciados nesse processo.

O enfoque territorial é o diferencial desta pesquisa. Inspirado nas contribuições de Milton Santos (2006; 2020) e Haesbaert (2008), compreende-se que a inovação ocorre em espaços concretos, mediados por infraestrutura, instituições e redes de cooperação. Portanto, a análise metodológica adota o território capixaba como unidade de observação complexa, considerando suas especificidades regionais e institucionais.

O Espírito Santo é entendido não apenas como espaço administrativo, mas como território relacional, onde políticas, saberes e tecnologias se sobrepõem e se reconfiguram.

O objeto empírico é constituído pelo conjunto de documentos públicos que expressam o discurso estatal sobre inovação e inclusão, especialmente aqueles relacionados à tecnologia assistiva e ao apoio à pesquisa e ao empreendedorismo inovador. Esses documentos abrangem leis, planos e editais estaduais e federais, produzidos entre 2015 e 2025, período em que o Espírito Santo consolidou sua estrutura institucional de inovação.

O material documental analisado inclui leis, decretos e editais de fomento das instituições capixabas de CT&I, reunidos em duas listas sistematizadas:

- Anexo A – Legislação, com identificação, ano e breve descrição temática;
- Anexo B – Editais e Chamadas Públicas, da FAPES, SECTI, SEAMA, SESA⁵ e parceiros interinstitucionais.

Essas listas ampliam a abrangência empírica e asseguram a transparência e rastreabilidade do material analisado, permitindo que futuras pesquisas possam reproduzir o processo analítico.

A análise desses documentos é operacionalizada com o apoio do software MAXQDA⁶ 2024, ferramenta utilizada para codificação, categorização e cruzamento de dados textuais.

⁵ Secretaria de Estado da Saúde (SESA)

A tabela a seguir sintetiza os elementos centrais da abordagem metodológica:

Tabela 02 – Abordagem Metodológica

Dimensão	Tipo	Finalidade	Referências principais
Natureza da pesquisa	Qualitativa, exploratória e descritiva	Compreender sentidos e contextos do discurso da inovação e inclusão	Minayo (2012); Orlandi (2005)
Perspectiva teórica	Interdisciplinar: inovação, território e políticas públicas	Integrar dimensões técnica, espacial e discursiva	Santos (2006); Foucault (1971); Arocena & Sutz (2003)
Procedimento analítico	Análise de discurso (com auxílio do MAXQDA)	Identificar formações discursivas, campos de poder e redes territoriais	Fairclough (2001); Orlandi (2005)
Objeto empírico	Leis, editais e planos de governo (2015–2025)	Examinar o ecossistema de inovação assistiva no ES	SECTI, FAPES, SESA, SEAMA, SEDU
Fontes documentais	Listas de Leis e Editais (Anexos A e B)	Garantir rastreabilidade e transparência metodológica	Elaboração própria (2025)
Unidade de observação	Território capixaba	Relacionar inovação, inclusão e território	Santos (2020); Haesbaert (2008)

Fonte: elaboração própria, 2025

Desta forma, a metodologia parte da compreensão de que o discurso estatal sobre inovação não é neutro, mas estruturante da própria realidade territorial e institucional. Assim, a análise qualitativa visa tanto interpretar as intenções políticas e simbólicas dos textos oficiais quanto mapear as condições concretas de sua operacionalização, articulando as dimensões discursiva, institucional e territorial das políticas capixabas de inovação assistiva.

3.2 Delineamento metodológico

O delineamento metodológico desta pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa e documental, estruturada sobre o exame de textos oficiais — leis, planos, programas e editais — que expressam o discurso estatal sobre inovação, inclusão e tecnologia assistiva no Espírito Santo. O objetivo central consiste em compreender como essas políticas públicas constroem sentidos, legitimam práticas e configuram territorialmente o ecossistema capixaba de inovação assistiva.

Segundo Cellard (2008), a análise documental é um método privilegiado para compreender a gênese, os valores e as intenções das políticas públicas, pois permite

⁶ software de análise de dados qualitativos e de métodos mistos, usado em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais para organizar e analisar diferentes tipos de dados

acessar os registros formais do pensamento e da ação do Estado. Assim, a presente investigação trata os documentos normativos e programáticos como textos discursivos, nos quais se articulam linguagem, ideologia e poder (Foucault, 1971; Fairclough, 2001).

O material da pesquisa é composto por documentos produzidos entre 2015 e 2025, período que marca o fortalecimento da institucionalidade da inovação no Espírito Santo — especialmente após a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 642/2012⁷ e a emergência de programas voltados à inclusão e à acessibilidade. Essa delimitação temporal permite observar tanto a evolução do discurso da inovação quanto a gradual incorporação da pauta da tecnologia assistiva no âmbito das políticas públicas estaduais.

A listagem completa de documentos analisados, com identificação, ano, área temática e formato, encontra-se organizada nos Anexos A (Legislação) e B (Editais e Chamadas Públicas). A inclusão dessas listas garante transparência metodológica, facilita a rastreabilidade dos dados e preserva a integridade do material documental, permitindo a replicação da pesquisa.

A coleta e a organização dos documentos seguiram um protocolo padronizado, utilizando fontes institucionais oficiais, como portais do governo do Estado e do Governo Federal. Os arquivos foram convertidos para formato PDF pesquisável e armazenados em repositório digital próprio, com códigos alfanuméricos que identificam tipo, órgão e ano, e estruturados em duas pastas principais.

No MAXQDA, cada documento foi associado a metadados descritivos (instituição, ano, tema, público-alvo) e submetido a processos de codificação temática e discursiva, detalhados nas seções seguintes. Essa organização permitiu uma leitura relacional entre texto, contexto e território, conforme propõem Orlandi (2005) e Santos (2020).

A opção pelo MAXQDA justifica-se por sua robustez na análise qualitativa de dados textuais.

O delineamento adotado, portanto, sustenta-se em três princípios centrais:

1. Interdisciplinaridade, ao integrar os campos da inovação, do território e da inclusão;
2. Rigor documental, ao assegurar a autenticidade e rastreabilidade das fontes;

⁷ Dispõe sobre medidas de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, em ambientes produtivos e dá outras providências.

3. Reflexividade crítica, ao compreender o discurso estatal como construção social e territorial de poder.

Esses princípios fundamentam as etapas posteriores da análise, voltadas à codificação e interpretação dos discursos de inovação e tecnologia assistiva, de modo a revelar como o território capixaba vem sendo representado e produzido como espaço de inovação inclusiva.

3.3 Procedimentos de coleta, organização e análise dos dados

Os procedimentos de coleta, organização e sistematização dos dados foram delineados de modo a garantir rastreabilidade, consistência e coerência analítica ao processo de investigação. Considerando o caráter qualitativo da pesquisa e a natureza discursiva do objeto, optou-se por uma metodologia documental e interpretativa, na qual cada documento é compreendido como expressão de um posicionamento institucional e de uma racionalidade política sobre a inovação e a inclusão.

A análise abrangeu o período 2015–2025, correspondendo à consolidação da Política Estadual de Inovação e à ampliação das agendas públicas de acessibilidade e tecnologia assistiva no Espírito Santo. Essa delimitação temporal possibilitou identificar evoluções discursivas, continuidade de estratégias institucionais e mudanças no vocabulário político dos textos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

A etapa inicial consistiu na identificação e coleta dos documentos que compõem o material documental da pesquisa. Foram considerados documentos públicos oficiais disponíveis em portais institucionais, repositórios digitais e bases legislativas, especialmente das seguintes instituições: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), Secretaria da Saúde (SESA) e Secretaria da Educação (SEDU), além da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e do Diário Oficial do Estado.

Todos os arquivos foram convertidos para formato PDF pesquisável, assegurando integridade textual e compatibilidade com o software analítico.

Esses metadados foram importados como variáveis no MAXQDA 2024, o que permitiu análises cruzadas e a geração de matrizes de coocorrência entre instituições, períodos e eixos temáticos.

A leitura exploratória constituiu a fase inicial de familiarização com o documental. Seguindo Bardin (2011), essa leitura “flutuante” buscou captar a estrutura geral dos textos, os conceitos recorrentes e as intencionalidades discursivas.

Com o documental consolidado e lido, iniciou-se a fase de codificação temática e discursiva no software MAXQDA 2024, que possibilita analisar textos a partir de critérios linguísticos, semânticos e contextuais. As etapas foram:

Tabela 03 – Descrição das Etapas Metodológicas

Etapa	Descrição da ação	Objetivo
1	Criação do projeto “Inovação tecnologia assistiva ES”	Centralizar e versionar a base documental
2	Importação das pastas “Legislação” e “Editais e Chamadas”	Organizar o documental de forma hierárquica
3	Criação dos códigos principais e subcódigos	Representar eixos temáticos (inovação, inclusão, território, etc.)
4	Codificação manual e cruzada	Marcar trechos relevantes em múltiplas categorias
5	Análise de coocorrência e frequência	Identificar relações entre termos e instituições
6	Criação de memos interpretativos	Registrar reflexões teóricas e insights emergentes
7	Geração de relatórios e visualizações	Produzir matrizes e gráficos de síntese discursiva

Fonte: Elaboração própria, 2025

Encerrada a fase de codificação, os resultados foram sintetizados em relatórios gerados pelo MAXQDA.

O uso integrado de fontes documentais oficiais e de ferramentas digitais de análise qualitativa garantiu robustez metodológica e transparência interpretativa. A triangulação entre leis, planos e editais, cruzada via MAXQDA, possibilitou observar como o discurso da inovação se territorializa e como a temática da inclusão é gradualmente incorporada ao campo da tecnologia assistiva.

A construção metodológica adotada nesta pesquisa buscou aliar rigor analítico e sensibilidade interpretativa, reconhecendo a complexidade do fenômeno estudado: a articulação entre inovação, território e inclusão de pessoas com deficiência no contexto

capixaba. Entretanto, como toda investigação qualitativa que trabalha com material discursivo e institucional, há limitações intrínsecas relacionadas ao recorte, à natureza dos dados e ao alcance das interpretações produzidas.

A primeira limitação diz respeito à disponibilidade e heterogeneidade documental. Embora os editais e leis analisados representem o conjunto mais abrangente de instrumentos públicos sobre inovação e inclusão no Espírito Santo, nem todos apresentam grau semelhante de detalhamento ou sistematicidade. Muitos textos normativos possuem linguagem técnica e generalista, o que exige um esforço interpretativo adicional para captar nuances discursivas.

Por fim, há limitações relativas ao alcance territorial da análise. A investigação adota o Espírito Santo como unidade de observação, mas reconhece que a dinâmica da inovação e da tecnologia assistiva pode ultrapassar as fronteiras estaduais, envolvendo redes interinstitucionais, nacionais e globais. Essa complexidade, embora parcialmente mapeada, não pôde ser explorada em toda a sua extensão.

Apesar dessas restrições, a metodologia adotada oferece importantes contribuições epistemológicas e aplicadas. Ao articular análise de discurso e análise territorial, a pesquisa introduz um modelo interpretativo que supera o tratamento meramente técnico das políticas públicas de inovação.

Assim, a metodologia adotada fortalece a agenda de pesquisa em inovação inclusiva, abrindo espaço para análises futuras sobre o papel das universidades, dos arranjos produtivos locais e dos laboratórios de tecnologia assistiva no Espírito Santo.

O percurso metodológico apresentado neste capítulo demonstra que a análise de discurso aplicada a documentos públicos, mediada por tecnologias qualitativas, constitui uma estratégia eficaz para compreender as racionalidades políticas e os significados sociais da inovação.

Assim, a metodologia empregada não apenas sustenta a validade científica do estudo, mas também contribui para um debate ético e político mais amplo sobre o papel da inovação no fortalecimento da cidadania e na redução das desigualdades territoriais e sociais no Espírito Santo.

Com esta seção, conclui-se o capítulo metodológico, estabelecendo o caminho teórico e técnico que fundamenta a análise apresentada no Capítulo 4 – Resultados e Discussão,

onde serão examinadas as formações discursivas, os eixos temáticos e as articulações entre inovação, território e inclusão identificadas.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Configurações Discursivas e Tendências do Ecossistema Capixaba de Inovação Assistiva

A análise discursiva realizada com o apoio do software MAXQDA teve como objetivo identificar os principais sentidos produzidos nos textos legais e nos editais de fomento à inovação e tecnologia assistiva no Espírito Santo, compreendendo como o discurso da inclusão se articula à lógica da inovação no campo das políticas públicas. O corpus foi composto por 127 legislações estaduais promulgadas entre 1983 e 2024, além de 28 editais da FAPES e de órgãos parceiros publicados entre 2015 e 2025, totalizando 150 documentos analisados.

A leitura exploratória, seguida da codificação temática, resultou em 3.842 segmentos de texto agrupados em cinco grandes categorias discursivas: inclusão como retórica, hegemonia tecnocrática, tensão entre inovação e inclusão, território instrumentalizado e cuidado e cidadania. Essas categorias foram construídas de forma indutiva, a partir das regularidades linguísticas e temáticas identificadas nos documentos.

Os resultados evidenciam um percurso histórico e discursivo que acompanha a transformação das políticas públicas capixabas desde a década de 1980. As legislações mais antigas, promulgadas entre 1983 e 2000, concentram-se em dispositivos de caráter assistencialista e compensatório, com forte presença das categorias inclusão como retórica e hegemonia tecnocrática. Nessa fase, o discurso jurídico pauta-se pela proteção social e pela concessão de benefícios, sem integrar a dimensão tecnológica ou emancipatória da inclusão.

Entre 2001 e 2014, observa-se o predomínio de normas voltadas à acessibilidade universal e à adequação física dos espaços públicos, revelando uma ampliação do vocabulário sobre direitos e participação. Entretanto, a tecnologia ainda aparece como elemento secundário, vinculada à adaptação arquitetônica e comunicacional. As ocorrências de território instrumentalizado nessa etapa indicam que o espaço territorial é tratado principalmente como objeto de regulação técnica e não como lugar de cooperação social.

A partir de 2015, com a promulgação de leis complementares e a criação dos primeiros editais de inovação, o discurso sofre uma inflexão. Os documentos passam a enfatizar a inovação como vetor de desenvolvimento, e surgem as primeiras menções à tecnologia assistiva, embora de forma incipiente. Nesse período, intensifica-se a presença das categorias hegemonia tecnocrática e tensão entre inovação e inclusão, refletindo o conflito entre o discurso produtivista e o ideal de cidadania.

Entre 2020 e 2025, o panorama discursivo se altera de maneira significativa. As legislações e os editais mais recentes passam a incorporar termos como impacto socioambiental, negócios de impacto, mulheres na ciência e inclusão produtiva, indicando o fortalecimento de um novo regime discursivo, orientado pela ética do cuidado, pela diversidade e pela sustentabilidade. Nessa etapa, cresce expressivamente a categoria cuidado e cidadania, que se torna a mais recorrente no conjunto dos documentos analisados, correspondendo a aproximadamente um quarto das codificações totais.

O mapeamento de coocorrências entre as categorias revelou a existência de dois regimes discursivos predominantes. O primeiro, de natureza tecnocrática, associa inovação à competitividade e à eficiência, predominando nas leis e editais publicados até 2020. O segundo, de caráter emancipatório, associa inovação à equidade e à ampliação das capacidades humanas, tornando-se mais evidente a partir de 2022. Essa transição indica um deslocamento progressivo do discurso estatal: de um modelo centrado na produtividade para um modelo centrado na cidadania.

A análise temporal dos 127 instrumentos legais permite observar que o vocabulário da inovação inclusiva cresce proporcionalmente à institucionalização de políticas de fomento, especialmente a partir dos programas Sinapse da Inovação, Centelha, Gênesis e Tecnova. Esses programas, ao integrarem ciência, tecnologia e impacto social, contribuíram para reposicionar o Espírito Santo como referência regional em políticas de inovação voltadas ao desenvolvimento humano.

Os resultados indicam também a convergência entre discurso normativo e discurso programático: as leis definem os princípios e as garantias da inclusão, enquanto os editais e programas materializam esses princípios em ações concretas. Essa complementaridade revela a consolidação de um ecossistema discursivo no qual a

inovação é compreendida não apenas como política de desenvolvimento econômico, mas como instrumento de inclusão e de justiça social.

Por outro lado, a análise evidencia que o uso frequente do termo “inovação” nos documentos pode funcionar como estratégia de legitimação simbólica das políticas públicas, em alguns casos mais retórica do que operacional. Essa constatação reforça a importância de se compreender o discurso da inovação como campo de disputa simbólica, em que coexistem narrativas de progresso técnico e de emancipação social.

Em síntese, os resultados da análise no MAXQDA demonstram que as 127 legislações estaduais e os editais de fomento analisados configuram um campo discursivo em transformação. A inovação, que inicialmente representava apenas modernização tecnológica, passa a ser entendida como dimensão ética, cidadã e territorial das políticas públicas. O Espírito Santo se destaca, assim, como laboratório de práticas institucionais que buscam integrar tecnologia, inclusão e sustentabilidade, consolidando um modelo emergente de inovação assistiva e cidadania tecnológica.

4.2 A Dimensão Normativa da Inovação Assistiva no Espírito Santo

A análise das legislações estaduais evidencia um processo histórico de consolidação de um marco normativo voltado à inclusão das pessoas com deficiência, que se expande gradualmente para incorporar dimensões tecnológicas e inovadoras. Ao longo de mais de quatro décadas, o Espírito Santo construiu um conjunto de dispositivos legais que refletem transformações sociais, políticas e discursivas em torno da concepção de deficiência, do papel do Estado e do sentido da inovação no desenvolvimento humano.

Nas décadas de 1980 e 1990, as primeiras normas estaduais apresentavam caráter essencialmente assistencialista, centrado na oferta de benefícios, isenções e atendimento prioritário. Tratava-se de um modelo de inclusão baseado na tutela e na proteção social, em que a pessoa com deficiência era tratada como sujeito passivo de políticas públicas. Essa abordagem reforçava a ideia de compensação e não de autonomia, expressando uma visão limitada da cidadania e da participação social.

A partir dos anos 2000, observa-se um deslocamento progressivo desse paradigma. As leis passam a incorporar temas relacionados à acessibilidade física, arquitetônica e comunicacional, introduzindo princípios de universalização do acesso e de adequação

dos espaços públicos. Essa mudança revela o amadurecimento da política estadual, que começa a reconhecer a inclusão como direito e não apenas como concessão. A preocupação com a acessibilidade amplia-se para o campo da mobilidade, da educação e da comunicação, fortalecendo a ideia de que o ambiente, e não o corpo, é o principal determinante das barreiras à participação.

Esse avanço normativo cria as condições para o surgimento de um novo eixo discursivo, voltado à inovação e à tecnologia assistiva. A partir da década de 2010, com a consolidação de leis complementares que tratam do incentivo à pesquisa científica, à inovação e à formação de parcerias tecnológicas regionais, o Espírito Santo passa a integrar a agenda da inclusão às políticas de ciência, tecnologia e desenvolvimento. Essa inflexão introduz o conceito de tecnologia assistiva como instrumento de promoção da autonomia e de ampliação das capacidades humanas, articulando o campo da inovação ao exercício da cidadania.

A legislação recente reforça essa tendência ao vincular acessibilidade, desenvolvimento econômico e inovação tecnológica. A criação de políticas estaduais de inclusão, a consolidação de certificações de acessibilidade e a ampliação de incentivos fiscais para dispositivos assistivos refletem uma nova racionalidade normativa, que compreende a inclusão como vetor de desenvolvimento e competitividade territorial. Essa orientação reposiciona a pessoa com deficiência como agente ativo do processo de inovação, reconhecendo-a como protagonista no uso e na produção de tecnologias que ampliam sua participação social.

Ao mesmo tempo, o território capixaba passa a configurar-se como ecossistema de inovação inclusiva, no qual diferentes setores públicos e privados compartilham responsabilidades e competências. Essa governança integrada contribui para a difusão de práticas tecnológicas voltadas à acessibilidade e ao design universal, ao mesmo tempo em que fortalece a economia criativa e os arranjos produtivos locais. Assim, a política de inovação assume papel estratégico na efetivação de direitos, tornando-se instrumento de equidade e de inclusão produtiva.

Contudo, a análise normativa também revela desafios significativos. A fragmentação entre leis de inclusão e leis de inovação ainda limita a construção de uma política pública integrada de tecnologia assistiva. Embora haja avanços expressivos na

formalização de direitos e incentivos, persistem lacunas na articulação entre os marcos legais e os mecanismos de execução, fomento e acompanhamento das ações. A ausência de programas específicos de pesquisa, incubação de empreendimentos sociais e produção tecnológica voltada às necessidades das pessoas com deficiência reduz o potencial transformador da legislação.

O fortalecimento da consistência normativa exige, portanto, uma abordagem intersetorial que una os campos da inovação tecnológica, da educação, do trabalho e da assistência social. A tecnologia assistiva deve ser compreendida como eixo estruturante de desenvolvimento humano, capaz de articular inclusão, produtividade e sustentabilidade. Essa visão amplia o papel do Estado, que deixa de atuar apenas como garantidor de direitos e passa a ser também indutor de processos inovadores voltados à justiça social.

O conjunto de leis analisado demonstra que o Espírito Santo avançou de forma significativa na consolidação de uma política pública inclusiva, alinhada às tendências contemporâneas de inovação cidadã. A evolução do discurso jurídico evidencia a transição de um modelo de proteção para um modelo de emancipação, em que o acesso à tecnologia se converte em condição essencial para a plena participação social. O marco legal capixaba, ao reconhecer a inovação como direito e a tecnologia assistiva como política pública, contribui para a construção de um novo paradigma de cidadania, no qual desenvolvimento e inclusão se tornam dimensões indissociáveis de um mesmo projeto de sociedade.

Em convergência com os resultados obtidos na análise discursiva, observa-se que o discurso normativo estadual reflete tensões entre a inclusão como princípio ético-político e a inovação como vetor econômico, evidenciando marcas de hegemonia tecnocrática e de território instrumentalizado. Embora as leis expressem compromisso com a cidadania, parte das formulações ainda adota uma lógica gerencial e produtivista, que associa valor social à eficiência técnica. Esse movimento indica a presença de uma inclusão retórica, na qual a linguagem da inovação é utilizada como sinal de modernização, mas nem sempre acompanhada de práticas efetivas de equidade territorial. Assim, os resultados do MAXQDA reforçam a necessidade de compreender o campo jurídico como espaço de disputa simbólica, no qual o Estado capixaba busca

equilibrar a lógica da produtividade com o compromisso ético do cuidado e da justiça social.

As políticas de inovação no Espírito Santo, observadas a partir da análise documental e discursiva, revelam um movimento de integração entre os eixos de desenvolvimento tecnológico e inclusão produtiva. Esse processo implica a constituição de redes territoriais que articulam governo, universidades, empresas e sociedade civil na produção de soluções voltadas à acessibilidade e à autonomia cidadã. Nesse contexto, o território é compreendido não apenas como espaço geográfico, mas como campo simbólico e institucional de construção da inovação assistiva.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o ecossistema de inovação em tecnologia assistiva no Espírito Santo, analisando como as teorias da inovação e do território contribuem para interpretar as políticas públicas e as iniciativas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência. A partir da análise de 127 legislações estaduais e 28 editais de fomento, realizada com apoio do software MAXQDA, foi possível evidenciar que o discurso da inovação capixaba vem se transformando ao longo das últimas quatro décadas — de uma racionalidade tecnocrática e centralizadora para uma perspectiva mais social, cidadã e territorial da inovação.

Os resultados confirmaram, em grande medida, as hipóteses propostas na introdução.

Primeiro, verificou-se que o Espírito Santo ainda apresenta traços de difusão passiva, com baixo índice de inovação endógena na área de tecnologia assistiva. A maior parte das políticas e programas analisados prioriza a adaptação e a importação de soluções tecnológicas, e não a criação local de produtos e processos voltados à acessibilidade.

Segundo, constatou-se que o Estado desempenha papel estruturante no ecossistema de inovação assistiva, atuando como principal articulador entre universidades, centros de pesquisa e sociedade civil — tal como preconizam os modelos de sistemas de inovação e o Triângulo de Sábado.

Terceiro, confirmou-se a fragmentação institucional entre os campos da inovação e da inclusão, o que limita a efetividade das políticas públicas. Essa fragmentação aparece discursivamente como sobreposição de agendas e lacunas de coordenação entre órgãos do Governo Estadual.

Por fim, observou-se que o território capixaba possui potencial de evolução rumo a um modelo de “região inteligente”, em que o conhecimento local, as redes colaborativas e a diversidade social podem constituir motores de inovação inclusiva e sustentável.

A análise discursiva revelou ainda a coexistência de dois regimes narrativos. O primeiro, tecnocrático, associa inovação à eficiência, competitividade e crescimento econômico. O segundo, emancipatório, vincula inovação à equidade, cidadania e cuidado. Essa tensão reflete um processo de transição institucional: o Espírito Santo caminha de um modelo de inovação voltado à produtividade para um paradigma de

inovação cidadã, no qual o desenvolvimento tecnológico é entendido como instrumento de ampliação das capacidades humanas (Sen, 2000) e de efetivação de direitos.

A partir das categorias emergentes no MAXQDA — inclusão como retórica, hegemonia tecnocrática, tensão entre inovação e inclusão, território instrumentalizado e cuidado e cidadania — foi possível interpretar as políticas públicas como expressões discursivas em disputa. A predominância recente da categoria cuidado e cidadania indica um deslocamento significativo no vocabulário político: a inovação deixa de ser apenas sinônima de modernização e passa a incorporar dimensões éticas, sociais e territoriais. Esse movimento reforça a importância da tecnologia assistiva como instrumento de transformação social e não apenas como dispositivo técnico.

Do ponto de vista territorial, a pesquisa demonstrou que o Espírito Santo vem construindo gradualmente um ecossistema de inovação assistiva sustentado por três dimensões interdependentes:

- (a) a institucional, composta por políticas e instrumentos de fomento (FAPES, SECTI, SEAMA, SEDU, SESA);
- (b) a científico-tecnológica, representada por universidades, incubadoras e startups; e
- (c) a socioterritorial, formada por redes de cooperação, associações de pessoas com deficiência e espaços de uso das tecnologias.

A interação entre essas dimensões configura o que Milton Santos (2006; 2020) denomina meio técnico-científico-informacional — um território em que o conhecimento e a técnica se tornam forças produtivas e simbólicas do desenvolvimento humano.

Entretanto, o estudo também evidenciou que a inclusão ainda é frequentemente tratada como retórica, e não como eixo estruturante das políticas de inovação. A ausência de editais específicos para tecnologia assistiva, a descontinuidade de programas e a carência de formação profissional especializada demonstram que o ecossistema capixaba ainda carece de institucionalização plena. Para superar essa limitação, é necessário fortalecer a transversalidade das políticas públicas, articulando inovação tecnológica, educação inclusiva, saúde e economia solidária sob uma mesma estratégia territorial de desenvolvimento.

Entre as principais contribuições deste trabalho, destacam-se:

- A consolidação de um modelo analítico interdisciplinar que articula inovação, território e inclusão, integrando abordagens da geografia crítica, das ciências sociais aplicadas e da análise de discurso;
- A aplicação do MAXQDA como ferramenta metodológica para investigar políticas públicas, demonstrando sua utilidade na identificação de padrões lexicais e de regimes discursivos;
- A proposição de uma leitura territorial da tecnologia assistiva, entendida como mediação entre conhecimento técnico e justiça social;
- A geração de subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas de inovação assistiva e cidadania tecnológica no Espírito Santo.

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se que as futuras políticas públicas estaduais:

- incorporem a tecnologia assistiva como eixo estratégico dos programas de ciência, tecnologia e inovação;
- promovam editais específicos de fomento à inovação assistiva, com linhas voltadas à pesquisa aplicada e ao empreendedorismo social;
- fortaleçam redes intersetoriais entre governo, universidades, empresas e movimentos sociais;
- adotem mecanismos de monitoramento territorial dos impactos sociais e regionais das políticas de inovação; e
- ampliem o diálogo entre inovação e sustentabilidade, integrando as agendas de economia verde e economia do cuidado.

Em síntese, o estudo confirma que a tecnologia assistiva é mais do que um conjunto de dispositivos técnicos: trata-se de uma política de emancipação e pertencimento, que traduz em práticas o direito à participação plena na vida social. Ao analisar o discurso das políticas públicas capixabas, evidenciou-se que a inovação pode ser, simultaneamente, instrumento de poder e de libertação — dependendo das racionalidades que a orientam. O desafio do Espírito Santo, e de todo o país, é consolidar um modelo de inovação inclusiva, capaz de unir eficiência e equidade, produtividade e dignidade, crescimento econômico e justiça territorial.

Assim, este trabalho conclui que a inovação assistiva é expressão concreta de cidadania tecnológica, e que o fortalecimento do ecossistema capixaba depende da capacidade do

Estado e da sociedade de reconhecer a diversidade humana como fonte de criatividade, desenvolvimento e transformação social.

REFERENCIAS

AMORIM, J. S.; OLIVEIRA, A. L. M. S. L. A relação dos elementos dos ecossistemas de inovação social com o desenvolvimento local. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM*. Curitiba: Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). 2025. V. 24, nº 1, p. 278-298. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3925> Acesso em: 12 nov. 2025.

ANDION, C. et al. Um estudo sobre os ecossistemas de inovação social: o caso de Florianópolis (Brasil). *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2020. V. 54, nº 4, p. 792-813. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339801988_Social_innovation_ecosystems_sustainability_and_democratic_experimentation_a_study_in_Florianopolis_Brazil Acesso em: 12 nov. 2025.

ANDRADE, M. C. O espaço: um conceito-chave da geografia. São Paulo: Ática, 1995.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Subdesarrollo e innovación: navegando contra el viento. Madrid: Cambridge University Press, 2003.

ASHEIM, B. T. Industrial districts as learning regions: a condition for prosperity. *European Planning Studies*, v. 4, n. 4, p. 379–400, 2006.

AYDALOT, P. Milieux innovateurs en Europe. Paris: GREMI, 1986.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BASTOS, P. A. L. S.; SILVA, M. S.; RIBEIRO, N. M.; MOTA, R. de S.; GALVÃO FILHO, T. Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Paulo, v. 31, e3401, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011>. Acesso em: 12 novembro 2025.

BATHELT, H.; MALMBERG, A.; MASKELL, P. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 1, p. 31–56, 2004.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Economia da inovação e espaço: os lugares e a inovação. São Paulo: Hucitec, 2001.

BERSCH, U. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. Plano nacional de tecnologia assistiva. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. Disponível em: Acesso em 12 de março de 2025.

____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília : CORDE, 2009. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Tecnologia%20Assistiva%20CAT.pdf> Acesso em; 15 de julho de 2025.

____. VII REUNIÃO DO COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS – CAT - CORDE / SEDH / PR. Ata da VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Presidência Da República. Brasília. 2007. Disponível em : https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.pdf Acesso em 25 setembro de 2025.

____. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 Abril 2025.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos produtivos locais e sistemas de inovação. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2008.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

COOKE, P. Regional innovation systems: competitive regulation in the new Europe. *Geoforum*, v. 23, n. 3, p. 365–382, 1992.

____; HEIDENREICH, M. Regional innovation systems: the role of governance in a globalized world. London: Routledge, 2004.

____ Regional innovation systems: origin of the species. *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, v. 1, n. 3, p. 393–409, 2008.

COSSA, R. B. et al. Tecnologia assistiva e inovação como ferramentas de propulsão da inclusão social e cidadania. *Revista Espacios*, v. 38, n. 17, p. 29, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n17/17381729.html>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CREVOISIER, O. The innovative milieus approach: towards a territorialized understanding of the economy. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 367–379, 2003.

____; CAMAGNI, R. Les milieux urbains: innovation, systèmes de production et ancrage. Neuchâtel: EDES, 2000.

EDQUIST, C. (org.). Systems of innovation: technologies, institutions and organizations. London: Pinter, 1997.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems and “Mode 2” to a triple helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109–123, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222547985_The_Dynamics_of_Innovation_Fr

om_National_Systems_and_Mode_2_to_a_Triple_Helix_of_University-Industry-Government_Relations Acesso em 22 Outubro 2025.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FELDMAN, M. The geography of innovation. Dordrecht: Springer, 2016.

FERRÃO, J. Inovar para desenvolver: uma abordagem a partir do conceito de gestão de trajetórias territoriais. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 4, p. 17–26, 2002.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIDA, R. Toward the learning region. Futures, London, v. 27, n. 5, p. 527–536, 1995.

FLOR DA ROSA, M. A. B.; FREITAS, C. C. G.; Flor da Rosa, V. Tecnologia assistiva e tecnologia social: análise dos limites da relação entre ambas. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 17, n. 47, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1971.

FREEMAN, C. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 5–20, 1984.

GERTLER, M. Tacit knowledge and the economic geography of context. Journal of Economic Geography, v. 71, n. 1, p. 75–99, 2001.

GOMES FILHO, A. C. Tecnologia assistiva, ajuda técnica ou tecnologias assistivas: análise dos termos e formação de conceito no Brasil no período de 1988 a 2018. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 15, n. 34, p. 206–215, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts> Acesso em 25 setembro de 2025.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HÄGERSTRAND, T. Innovation diffusion as a spatial process. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUNDVALL, B. National innovation systems: analytical concept and development tool. Copenhagen: Aalborg University Press, 2005.

MAILLAT, D.; PERRIN, J. (orgs.). *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel: GREMI/EDES, 1992.

MARSHALL, A. *Principles of economics*. London: Macmillan, 1890.

MÉNDEZ, R. *Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1998.

_____. *Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes*. Santiago: EURE, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*, v. 31, p. 491–503, 1997.

MOULAERT, F. Territorial innovation models: a critical survey. *Regional Studies*, v. 37, n. 3, p. 289–302, 2003.

_____; SEKIA, F. *Territorial innovation models: a critical survey*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

_____.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. *Social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

OLIVEIRA, L.; MAIA, C. *Políticas públicas e inovação assistiva no Brasil*. Brasília: IPEA, 2021.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PESSINI, S. *Inovação social e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Curitiba: CRV, 2020.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring concept? *The Journal of Socio-Economics*, v. 38, n. 6, p. 878–885, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SÁBATO, J.; BOTANA, N. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. Buenos Aires: CONICET, 1968.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

_____.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. São Paulo: Outras Expressões, 2009.

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. Espaço e Debates, v. 25, p. 45–65, 1988.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, R. (orgs.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

STORPER, M.; VENABLES, A. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. Journal of Economic Geography, v. 4, p. 351–370, 2005.

TUNES, R. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. Espaço e Economia, n. 9, 2015.

_____. Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

VALE, M. Conhecimento, inovação e território. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, v. XLIV, n. 88, p. 5–25, 2009.

ANEXO

Anexo A – Leis analisadas

	Leis
1	LEI Nº. 9 362-2009 - Destina assentos a idosos ...
2	LEI Nº. 9 335-2009 - Dispõe sobre a obrigatori...
3	LEI Nº. 9 109-2009 - Dispõe sobre período min...
4	LEI Nº. 9 108-2009 - Altera os artigos 1º,2º,3º....
5	LEI Nº. 8 971-2008 - IPVA
6	LEI Nº. 8 959-2008 - Determina que os Centros ...
7	LEI Nº. 8 958- 2008 - Assegura o direito de mat...
8	LEI Nº 8382-2006 - REVOGADA E CONSOLIDA...
9	LEI Nº 8112-2005 - REVOGADA E CONSOLIDA...
10	LEI Nº 12.263-2024 - Associação Solidária de A...
11	LEI Nº 12.231-2024 - Assegura a profissionaliza...
12	LEI Nº 12.218-2024 - Assegura à pessoa com tr...
13	LEI Nº 12.197-2024 - Selo Escola Amiga do Aut...
14	LEI Nº 12.161-2024 - Obriga as instituições de...
15	LEI Nº 12.086-2024 - Institui a Política Estadual...
16	LEI Nº 12.009-2023 - vagas para pessoas com ...
17	LEI Nº 11.835-2023 - penalidades administrativ...
18	LEI Nº 11.828-2023 - obrigatoriedade de aceita...
19	LEI Nº 11.826-2023 - Isenta do pagamento de...
20	LEI Nº 11.821-2023 - Pulseira.pdf
21	LEI Nº 11.811-2023 - consolida as normas esta...
22	LEI Nº 11.705-2022 Obriga as empresas presta...
23	LEI Nº 11.636-2022 - Assegura às pessoas com...
24	LEI Nº 11.601-2022 - Altera a redação da emen...
25	LEI Nº 11.582-2022 - Assegura o direito à entra...
26	LEI Nº 11.564-2022 - Proíbe os estabelecimentos de cobrar ...
27	LEI Nº 11.488-2021 - Reconhece o Cordão de Girassol com...
28	LEI Nº 11.450-2021 - Acrescenta o inciso VI ao caput do art...
29	LEI Nº 11.435-2021 - Institui o certificado de qualidade de a...
30	LEI Nº 11.411-2021 - Obriga os estabelecimentos comerciais...
31	LEI Nº 11.359-2021 - Dispõe sobre a obrigatoriedade cle uti...
32	LEI Nº 11.273-2021 - Acrescenta item ao Anexo Único da Le...
33	LEI Nº 11.233-2021 - Dispõe sobre a isenção do pagament...
34	LEI Nº 11.212-2020 - Consolida toda a legislação em vigor ...
35	LEI Nº 11.149-2020 - ICMS.pdf
36	LEI Nº 11.134-2020 - Estabelece prazo cle validade indeter...
37	LEI Nº 11.130-2020 - Inclui no grupo prioritário de atendi...
38	LEI Nº 11.044-2019 - ICMS.pdf
39	LEI Nº 10.976-2019 - Consolida a legislação em vigor refere...
40	LEI Nº 10.808 -2018 - Estabelece diretrizes para facilitar o ac...
41	LEI Nº 10.714-2017 - Torna obrigatória, em todos os hiper...
42	LEI Nº 10.684-2017 - Altera leis que tratam de pessoas com...

43 LEI Nº 10.652-2017 - Dispõe sobre fixação de cartaz ou pla...
 44 LEI Nº 10.633-2017 - Reconhece os indivíduos com doença...
 45 LEI Nº 10.570-2016 IPVA doc
 46 LEI Nº 10.490-2016 - Dispõe sobre o reconhecimento dos a...
 47 LEI Nº 10.338-2015 - Altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº...
 48 LEI Nº 10.334 — 2015 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de...
 49 E LEI Nº 10.162- 2014 - Proíbe a cobrança de valores adicion...
 50 LEI Nº 10.25-2014 - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº...
 51 LEI Nº 9.888 2012 REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI
 52 LEI Nº 9.620-2011 - Fica assegurado o direito de matrícula ...
 53 LEI Nº 9.614-2011 - Garante às pessoas com deficiência o d...
 54 LEI Nº 9.609- 2010 - Garante à pessoa com deficiência ou à ...
 55 LEI Nº 9.502 — 2010 - Altera o caput do artigo 5º da Lei nº...
 56 LEI Nº 9.461-2010 - Dispõe sobre obrigatoriedade de bares...
 57 LEI Nº 9.3570-2009 - REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI...
 58 LEI Nº 9.162-2009 - Torna obrigatória, no âmbito do Estad...
 59 LEI Nº 8 838-2008 IPVA. doc
 60 LEI Nº 8 812- 2008 - Dispõe sobre a preferência de ocupaç...
 61 LEI Nº 8 805-2008 - Dispõe sobre a preferência na aquisiçã...
 62 LEI Nº 8 775-2007 - Classifica a visão monocular como defi...
 63 LEI Nº 8 505-2007 - REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI...
 64 LEI Nº 7.924-2004 - instalação de placas com informações ...
 65 LEI Nº 7.851-2004 - Obriga os consultórios e as clínicas mé...
 66 LEI Nº 7.789-2004 - Dispõe sobre o ingresso e permanênci...
 67 LEI Nº 7.764 - REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI Nº 1...
 68 LEI Nº 7.702-2004 - Obriga a instalação de equipamentos d...
 69 LEI Nº 7.673-2003 - Revoga a Lei nº 7.421, de 09/12/2002.doc
 70 LEI Nº 7.655-2003 - Revogada e consolidada pela Lei nº 11...
 71 LEI Nº 7.498 - REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI Nº 1...
 72 LEI Nº 7.460 - REVOGADA E CONSOLIDADA PELA LEI Nº 1...
 73 LEI Nº 7.439-2002 - Autoriza o uso do Alfabeto Braille nos t...
 74 LEI Nº 7.436-2002 - Isenta do pagamento de pedágio em r...
 75 LEI Nº 7.421-2002 - Revoga a Lei 767303.doc
 76 LEI Nº 7.297-2002 - Altera o art. 46 da Lei nº 7.050/2002, qu...
 77 LEI Nº 7.253-2002 - Dispõe sobre a adequação dos ônibus ...
 78 LEI Nº 7.229-2002 surda RPE libras.pdf
 79 LEI Nº 7.050-2002 - Consolida as normas estaduais relativa...
 80 LEI Nº 6.999-2001 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propri...
 81 LEI Nº 6.918-2001 - Determina aos estabelecimentos ban
 82 LEI Nº 6.778-2001 - Dispõe sobre o financiamento de equi...
 83 | LEI Nº 6.622-2001 - Dispõe sobre a contratação de seguro ...
 84 LEI Nº 6.559-2001 - Versa sobre normas de segurança para ...
 85 LEI Nº 6.207-2000 - Autoriza o Poder Executivo a custear o ..
 86 LEI Nº 6.141-2000 - Autoriza o Poder Executivo a adotar me...
 87 LEI Nº 6.108-2000 - Dispõe sobre a preferência de assento ...
 88 LEI Nº 5.792-1998 - Estabelece atendimento prioritário à pe...
 89 LEI Nº 5.646-1998 legenda TVE libras.pdf
 90 LEI Nº 5.646-1998 - Dispõe sobre as propagandas do Gove...

- 91 LEI Nº 5.240-1996 - Condiciona a liberação de financiament...
- 92 LEI Nº 5.228-1996 - Dispõe sobre a política estadual de ap...
- 93 LEI Nº 5.214-1996 - conceder financiamento, por meio dos ...
- 94 LEI Nº 5.198-1996 reconhecimento libras.pdf
- 95 LEI Nº 4.533-1991 - arquitetura e de engenharia mencionad...
- 96 LEI Nº 3.971-1987 - Integram o Sistema de Transportes Urb...
- 97 LEI Nº 3.531-1983 - Passe Livre.doc
- 98 | LEI NO 3,521-1983 - Departamento Estadual de Trânsito — D...
- 99 LEI Nº, 8 975-2008 - Torna obrigatória a adaptação eou con...
- 100 | LEINO 3 664-1984 - REVOGADO PELA LEI Nº 10.9732019...
- 101 | LEI COMPLEMENTAR Nº 976-2021 - Altera dispositivos da L...
- 102 | LEI COMPLEMENTAR Nº 971-2021 - transporte concessionaria...
- 103 LEI COMPLEMENTAR Nº 830-2016 - Secretaria de Estado de...
- 104 | LEICOMPLEMENTAR Nº 302-2004- - Conselho Estadual da ...
- 105 | LEICOMPLEMENTAR Nº 298-2004 - Prestações de Serviços ...
- 106 | LEICOMPLEMENTAR Nº 4.038-1987 - Síndrome de Imunod...
- 107 | LEI COMPLEMENTAR Nº 1.019-2022 - Institui o regime espe...
- 108 LEI Nº 8.311-2006 - Revogada e consolidada pela Lei nº 11...
- 109 LEI Nº 5.030-1995 - conceder isenção de pagamento de ta...
- 110 LEI Nº 4.968-1994 - criar uma Central de Emprego para pe...
- 111 LEI Nº 4,941-1994 - priorize o atendimento aos idosos, às...
- 112 LEI Nº 4.822-1993 - assistir em caráter financeiro, material...
- 113 LEI Nº 4.531-1991 - das vagas dos cargos e empregos pú...
- 114 LEI Nº 4,249-1989 - Sistema de Transportes Urbanos de Pa...
- 115 LEI Nº 3.662-1994 -A letra “a” do Art. 1º da Lei nº 3.628 P..
- 116 LBI 2015.pdf
- LEI Nº 9.966, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012 - Dispõe sobre o
Sistema Único de Assistência Social no Estado do Espírito Santo –
SUAS-ES
- 117 LEI Nº 10.964, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018. Institui a Política
Estadual Integrada pela Primeira Infância do Espírito Santo
- 118 LEI COMPLEMENTAR Nº 642 Dispõe sobre medidas de incentivos à
inovação e à pesquisa científica e tecnológica, em ambientes
produtivos
- 119 LEI Nº 10.382, DE 24 DE JUNHO DE 2015 Aprova o Plano Estadual
de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025
- 120 LEI COMPLEMENTAR Nº 929 Institui instrumentos e procedimentos
para o fomento às parcerias entre o Estado do Espírito Santo e as
entidades privadas de inovação tecnológica regional.
- 121 DECRETO Nº 3877-R-2015 - IV Conferência Estadual dos Di...
- 122 DECRETO Nº 3546-R-2014 - CEAPIRD.doc
- 124 DECRETO Nº 2943-R-2012 - III Conferência Estadual dos Di...
- 125 DECRETO Nº 2813-R-2011 - Comitê Gestor de Políticas de 1...
- 126 DECRETO Nº 1589-R-2005 - 13 Conferência Estadual dos Di...
- 127 DECRETO Nº 5.626-2005 Federal regulamenta libras.pdf

Anexo B – Editais de fomento

- EDITAL FAPES nº 01/2015 EDITAL FAPERJ nº 11/2015 COOPERAÇÃO
- 1 VALE/FAPES/FAPERJ PARA APOIO À PESQUISA EM LOGÍSTICA, MEIO
- AMBIENTE E PELOTIZAÇÃO
- 2 EDITAL FAPES/SEAMA Nº 02/2016 Pesquisa Aplicada a Políticas Públicas Estaduais
- Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo
- 3 EDITAL FAPES Nº 07/2016 APOIO A INCUBADORAS
- 4 EDITAL FAPES Nº 01/2017 PROGRAMA SINAPSE DA INOVAÇÃO – CONEXÃO ES
- 5 Chamada Pública FAPES/CNPq/Decit -SCTIE-MS/SESA nº 03/2018 PROGRAMA DE
- PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE – PPSUS
- 6 EDITAL FAPES 004/2018 APOIO A EMPRESAS JUNIORES
- 7 EDITAL FAPES Nº 006/2018 APOIO A INCUBADORAS
- 8 EDITAL FAPES Nº 15/2018 Apoio Financeiro aos Núcleos de Inovação Tecnológica no
- Espírito Santo NIT
- 9 Edital nº 07/2019 Chamada Pública do Programa Nacional de Apoio à Geração de
- Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha ES
- 10 EDITAL FAPES Nº 01/2020 APOIO A PROJETOS INOVADORES E SPIN OFF
- 11 EDITAL FAPES/SEGER/SEG Nº 05/2020 Pitch Gov.ES
- 12 EDITAL FAPES Nº 03/2020 EDITAL DE AVALIAÇÃO DE DEMANDA INDUZIDA –
- COVID-19
- 13 Edital nº 02/2021 SELEÇÃO PÚBLICA FAPES/FINEP - PROGRAMA TECNOVA II
- Subvenção Econômica à Inovação
- 14 Edital nº 02/2022 Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores
- Programa Centelha 2 ES
- 15 Edital nº 09/2022 Apoio a Negócios de Impacto Socioambiental Inovadores Capixaba
- 16 EDITAL FAPES Nº 14/2022 MULHERES NA CIÊNCIA
- 17 EDITAL FAPES Nº 16/2022 APOIO A PROJETOS INOVADORES E SPIN OFF II
- 18 EDITAL FAPES Nº 026/2022 APOIO AOS CLUSTERS DE INOVAÇÃO CAPIXABA
- 19 EDITAL FAPES Nº 10/2023 PROGRAMA GÊNESIS Geração de Ideias Inovadoras e
- Estímulo a Abertura de Startups
- 20 EDITAL FAPES Nº 21/2023 MULHERES NA CIÊNCIA
- 21 EDITAL FAPES Nº 01/2024 PARCERIAS ENTRE STARTUPS
- 22 EDITAL Nº 07/2024 SELEÇÃO PÚBLICA FINEP/FAPES – PROGRAMA TECNOVA
- III Subvenção Econômica à Inovação
- 23 EDITAL FAPES Nº 08/2024 APOIO ÀS INCUBADORAS DO ESPÍRITO SANTO
- 24 EDITAL SECTI Nº 01/2025 PROGRAMA SEMENTES
- 25 EDITAL 01/2025 APOIO A EMPRESAS JUNIORES
- 26 EDITAL Nº 002/2025 PROGRAMA SEEDS
- 27 EDITAL FAPES-SEAMA - Nº 02/2025 APOIO A NEGÓCIOS DE IMPACTO
- SOCIOAMBIENTAL - NISA COBERTURA FLORESTAL
- 28 EDITAL FAPES Nº 15/2025 PROGRAMA GÊNESIS